



JOVENS ANDARILHOS NO CURTO CICLO DO CAPITAL¹

Alexandrina Luz Conceição
Núcleo de Pós-graduação em Geografia da UFS

Resumo

Este artigo tem com objetivo refletir a inserção das políticas públicas na perspectiva da fixação do jovem no campo. Parte-se do princípio de que o tripé Estado Capital e Mercado, antes de garantir a fixação do jovem na terra, acentua a sua expulsão da unidade de produção familiar. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba. Consumidores de mercadorias que garantem a continuidade da reprodução do capital vivem no campo fetichizados no sonho da possibilidade do consumo barato e supérfluo. Quando o dinheiro termina procuram retornar, se encontram outras possibilidades de trabalho. Na condição de sujeitos assujeitados ao capital aceitam qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário submetendo-se à irracionalidade do capital e à lógica do mercado.

Palavras-chave: mobilidade do trabalho, políticas públicas, jovens, qualidade de vida.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la inserción de políticas públicas en la perspectiva de fijación del joven en el campo. Partimos del principio de que el tripe Estado-Capital-Mercado antes de garantizar la fijación del joven en la tierra agudiza su expulsión de la unidad de producción familiar. El Estado impone un discurso velado de sumisión al capital al mismo tiempo que favorece la creciente movilidad del trabajo. En la situación de itinerantes se vuelven lazarillos, yendo donde hay trabajo y regresando para el campo cuando este termina. Consumidores de mercancías que garantizan la continuidad de la reproducción del capital viven en el campo fetichizados en el sueño de la posibilidad de consumo barato y superfluo, cuando el dinero acaba intentan volver, si encuentran otras posibilidades de trabajo. En la condición de sujetos sujetados al capital, aceparan cualquier tipo de contrato precario, parcial y temporal sometiendo a la irracionalidad del capital y a la lógica del mercado.

Palabras-claves: movilidad del trabajo, políticas públicas, jóvenes, calidad de vida.

Introdução

Embora os discursos institucionais indiquem que tem sido objetivo governamental a implementação de projetos nas áreas rurais via fortalecimento da agricultura familiar para agricultores sem terra, através de políticas de: garantia de subsídios, assistência técnica e de crédito, principalmente a partir de 1996 com a instalação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF sob a égide do Banco Mundial, todavia há uma forte entonação de propostas para a integração da produção familiar ao mercado capitalista via fortalecimento de empresas rurais, desde o processo identificado como modernização do campo, com os I, II e III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Compreendendo a dinâmica das relações de produção do Brasil, na inserção da mundialização do capital e conseqüentemente na reconfiguração da geopolítica mundial, as Políticas Públicas se inscrevem no campo mascarando os reordenamentos das configurações da divisão social e territorial do trabalho sob o discurso dos novos paradigmas da modernização tecnológica como reguladores do espaço através das relações de trabalho, tendo como propósito uma nova reestruturação produtiva.

O carro chefe que sedimenta o discurso atual de apoio ao jovem no campo se circunscreve na política do PRONAF. A proposta do PRONAF Jovem como linha de financiamento específica, com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados, tem sido a de atender jovens entre 16 e 25 anos com o objetivo de incentivá-los a manterem-se no campo e iniciarem uma atividade produtiva que agregue renda às suas famílias. Entretanto, o que se coloca em pauta é a contínua mobilidade do trabalho, principalmente desses jovens.

Em busca dos caminhos nos descaminhos

A partir de 1930 o Estado brasileiro tem assumido a condição de facilitador da expansão monopolista do capital via políticas públicas estruturadas para a ampliação e consolidação de uma política econômica de extração da mais valia, do trabalho excedente, através do re-ordenamento da divisão social e territorial do trabalho na relação campo-cidade. Desse modo, sustentadas na concepção clássica linear e na histórica de desenvolvimento e centrada na abordagem funcionalista, as políticas públicas de planejamento tem acirrado o desenvolvimento desigual.

A intervenção estatal na estrutura das relações capital e trabalho transformou a estrutura regional centro-periferia tornando o país urbano. Isto se deu com um intenso processo de metropolização reproduzindo as desigualdades sociais em níveis locais e subregionais. Associada a ideologia desenvolvimentista que se sustentava na metropolização houve uma forte divulgação do mito da urbanização como modelo de desenvolvimento. As grandes cidades passaram a

ser focos de concentrações populacionais em guetos, que passaram a reunir centenas e milhares de humanos, na sua grande maioria migrantes, pequenos produtores expulsos do campo frente à modernização agrícola.

A partir dos anos de 1970 e 1980 a ideologia urbano-industrial, reflexo da política mundial, teve no Estado brasileiro o principal agente das mudanças para atender as exigências do novo modelo de desenvolvimento. O discurso da modernização sempre esteve associado ao sinônimo de civilidade. Contudo, como afirma NOVAES (2004), “a simples evocação da palavra civilização remete, necessariamente, ao seu outro, que é a barbárie” (2004:10). O saldo da metropolização resultou no processo de intensa favelização. Conforme a ONU² em 2001, 76% da população urbana dos países do primeiro mundo era favelada. No quadro mundial 84% vivia em favelas e apenas 6% tinha condições de qualidade de vida.

Expulsa do seu local de origem seguindo a trilha do capital, a classe trabalhadora é também expulsa do urbano nas áreas de valorização do solo. Sem condições mínimas de moradia lhe é reservado, por apropriação e luta, áreas sem valorização fundiária, desprovidas dos serviços necessários para a reprodução da vida. Distante da relação do poder de demanda a classe pobre produz o espaço da favela que revela o contraste do urbano a partir de uma paisagem/local marcada pela materialização dos “barracos da miséria”. É no movimento de ocupação/expulsão/ocupação pelas diferentes classes sociais que se produz o urbano e o seu espaço da miséria (COSTA, SHIMADA e CONCEIÇÃO: 2006).

O espaço da pobreza e da miséria está destinado aos migrantes vindos do campo para se “modernizarem”. A expansão capitalista no campo significou a garantia da acumulação capitalista monopolista mundial sob o controle do Banco Mundial. A implementação de políticas e programas direcionados para o desenvolvimento regional voltados para as áreas rurais tinha como objetivo a instalação e expansão da agroindústria.

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsunção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho.

As estratégias de regionalização, sob a direção do Estado, tinham como propósito a institucionalização de macrorregiões a fim de neutralizar as oligarquias regionais e instalar as bases para a modernização, via instalação de pólos de crescimento que organizavam o território através de interligações de circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias.

A partir da década de 1990 o Estado assume o papel de gestor e promotor implementando políticas agrícolas inscritas às novas formas de expansão

capitalista no auge da financeirização da economia, via o compromisso da dívida externa. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento (CONCEIÇÃO, 2006). As políticas nacionais de integração, os PNDs, foram solidificadas na cidade e no campo sob a dinâmica de ofertas de trabalho na especificidade dos setores de bens de consumo e produção industrial. No Nordeste, sobremaneira, a constituição da SUDENE em sintonia com as políticas de integração nacional veio atender a demanda de bens não duráveis sob a dinâmica da formação de pólos de crescimento (OLIVEIRA, 2003), passando a fomentar a modernização do campo. A expansão capitalista via a dependência da indústria de fertilizantes, como o caso de Sergipe³

Na periferia da periferia as políticas da SUDENE irão reforçar a mobilidade crescente de jovens ao urbano, aumentando aceleradamente as populações urbanas, ao tempo que vão “engrossando” o estoque das fileiras do exército de reserva industrial latente. Parte da população rural encontra-se continuamente na iminência de transferir-se para o urbano. Seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo. “O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (MARX, 1988, 199).

Segundo Pereira (2005), entre 1990 e 2004, o Banco Mundial e o FMI assumiram uma política de controle para o campo na América Latina e conseqüentemente no Brasil implementando políticas em acordos com o Estado - nação a fim de garantir a liberalização das economias nacionais, que aprofundam a mercantilização da vida social e, de outro lado, a contra-reforma do Estado, que substitui seu papel redistributivo por políticas focalizadas de “alívio” da pobreza que não alteram as bases da reprodução da desigualdade e da exploração. O Banco Mundial e o FMI retornam o olhar para o campo visando:

- a) liberalizar os mercados fundiários eliminando as barreiras legais à livre compra e venda e ao arrendamento de terras como parte dos programas de ajuste estrutural;
- c) dar resposta aos conflitos agrários e, em alguns casos, às ações de movimentos sociais pró-reforma agrária com o objetivo de garantir a segurança do capital;
- d) criar programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural;
- e) hegemonizar a mercantilização de modo a consolidar o capitalismo financeiro, permitindo, via mercado, a saída de produtores “ineficientes” e a entrada de produtores “eficientes” sob a ótica do capital agroindustrial. O objetivo é de aumentar o grau de mercantilização da terra via titulação privada. Implica na concessão de títulos de propriedade a posseiros com o objetivo prioritário de diminuir a informalidade no mercado de terras.

Ações e Intervenções no Campo

Através de políticas assistencialistas compensatórias são acionados na América Latina desde a década de 1980, e no Brasil, na década de 1990, programas de “combate à pobreza”, como proposta de incorporação dos jovens ao mercado de trabalho. Programas, sob a coordenação de organismos internacionais, como o BID, ou, coordenados por instituições não governamentais, na implementação de programas de capacitação como parte do projeto de desenvolvimento estratégico. O Estado, como instituição de poder e controle de dominação de uma classe sobre outra sob a perspectiva do discurso da garantia da democratização e da cidadania, em parceria com a sociedade civil implementam um conjunto de ações em escalas locais (governos municipais), regionais, no campo e na cidade nas diferentes escalas, uma vez que se propõe levar em conta as especificidades do país considerando as relações assimétricas acentuadas e perspectivas de inclusão e expulsão no mosaico das políticas públicas para a juventude (CONCEIÇÃO, 2006).

Nesta perspectiva, os discursos das políticas públicas sustentam seus programas e projetos nos planos participativos de desenvolvimento territoriais via programas de geração de renda, por meio da capacitação para o trabalho e da implementação de projetos produtivos.

Conforme estudos desenvolvidos⁴, só a partir da segunda metade da década de 1990 é que surgem no cenário brasileiro as discussões sobre políticas sociais com a preocupação com a juventude. A representação da juventude como problema social econômico ganha ampla dimensão na discussão de diversos segmentos da sociedade civil no âmbito da institucionalidade governamental, poder público e no setor privado. Estado e sociedade civil se articulam na produção de políticas públicas da juventude uma vez que a juventude passa a ser considerada um problema político, um estado de conflito ou ainda uma situação de crise, acionando o Estado para assumir ações e encontrar soluções para amenizar os conflitos ora demandados frente à situação de extrema exclusão que se estabelece desde o final da década de 1970 acentuada pelo crescente aumento da taxa demográfica de jovens nascidos na América Latina (BANGO, 2003; SPOSITO, 2003; NOVAES, 2003).

Os percentuais demográficos passam a sinalizar uma alta demanda de jovens considerados necessários como força de trabalho provida de alto poder de produção industrial face à garantia de um exército industrial de reserva possibilitador de uma crescente mais valia. A produção capitalista estruturada no mecanismo produtivo em bases taylorista/fordista exigia na América Latina a transferência de valoração em uma faixa etária mais qualificada, permitida por uma transferência de recursos ao sistema educacional viabilizada pelo Estado nação.

O sistema do metabolismo societal do capital, a mais expressiva e poderosa estrutura dominante da história da sociedade, se constitui no tripé composto por capital - trabalho – Estado, forma indissociável, interligada por relações dialéticas e contraditórias. O trabalho torna-se cada vez mais objetivado em detrimento da subjetivação constante do capital. Nesta trajetória, as políticas públicas, de forma geral e na especificidade da juventude, se consolidam no discurso da ênfase da estratégia desenvolvimentista da modernização, na lógica global, focalizando, contraditoriamente, o discurso da lógica local da sustentabilidade.

A política pública do PRONAF: Caracterização e Limitações

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi instituído no ano de 1995 conforme Resolução 2.191 do Banco Central de 24/08/1995. Em 1996 se constituiu com base legal conforme Decreto Presidencial nº. 1946 de 28/06/96. Resultado da luta reivindicativa dos movimentos sociais que exigiam uma política de fortalecimento da agricultura camponesa, face ao privilégio dos grandes proprietários, o PRONAF passa a ser um programa governamental com o discurso de uma política integrada de desenvolvimento sustentado para o meio rural brasileiro. Em resposta as pressões deste movimento sindical, o Estado cria, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com a finalidade de “prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade”. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo os localizados nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas do compromisso do Estado com a implementação de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional etc) para a agricultura familiar.

De acordo com o documento base (FAO, INCRA, 1994), o PRONAF foi criado com a intenção de atender ao conjunto dos agricultores familiares com o objetivo da inclusão da unidade familiar, pelo crescimento da renda familiar do emprego, da produção e pela adoção de políticas de re-ordenamentos territoriais combatendo, desta forma, parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural.

Segundo proposta oficial, os objetivos principais do Programa são de: possibilitar o aumento da capacidade produtiva, gerar de empregos, melhorar a renda, contribuir para a qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares. Tendo como objetivos específicos: a) ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; b) viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; c) fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; d) elevar o nível de profissionalização de agricultores para lhes propiciar novos padrões tecnológicos e de gestão; e e) favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

A partir de 1999, no Segundo Governo de Fernando Henrique, o PRONAF sofreu várias alterações institucionais deixando de fazer parte do Ministério da Agricultura e passando a ser incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) ligada ao MDA. Em termos das instâncias deliberativas verificam-se ainda, nos anos atuais, a mesma sistemática adotada desde o início da implantação do programa, expressando uma articulação institucional entre Conselhos municipais, estaduais e nacionais e representações dos agricultores, além de parcerias entre as diversas instâncias e a participação dos movimentos sociais.

Seguindo a lógica do agronegócio capitalista, que não só domina e determina a economia rural brasileira como também controla ideologicamente as estratégias e as políticas táticas do governo, as grandes empresas e corporações multinacionais e do capital financeiro aniquilam cada vez mais a já precarizada soberania nacional. As grandes parcelas das classes subalternas, das organizações e movimentos sociais do campo se renderam à integração ao agronegócio e se deixaram levar pelo discurso de geração de renda à curto prazo (CARVALHO, 2004).

Anunciando a inclusão da unidade familiar, via adoção de políticas de ordenamentos territoriais em sintonia com o modelo de financeirização, a linha de crédito do PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que as exigências bancárias só têm permitido acesso aos recursos do programa de crédito, para quem detém a propriedade ou que pode penhorar bens. Tal fato automaticamente exclui uma gama de trabalhadores familiares e garante a formação do exército de reserva estagnado e latente em constante mobilidade temporária. Impossibilitado de ter a terra e os recursos para a sua garantia de vida, os jovens principalmente passam a ser determinados pelo tempo cíclico do capital.

No Ciclo da Mudança no/do Capital

Em pesquisa de campo realizada nas áreas da microrregião do Sertão Sergipano (municípios de Canindé do São Francisco, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Poço da Folha) microrregião de Carira (Ribeirópolis e Nossa Senhora Aparecida), microrregião do Agreste de Itabaiana, município de Itabaiana, mesorregião Agreste de Lagarto, município de Lagarto e mesorregião de Boquim, municípios de Boquim e Salgado, considerando o conjunto dos jovens pesquisados, 24,3% afirmaram que a maioria dos jovens está migrando para dentro do estado, enquanto 75,7% afirmam que a maioria continua migrando para fora do estado. O que se pode constatar é que atualmente há maior diversificação de preferência das cidades em direção ao trabalho.

No conjunto das regiões pesquisadas, o índice de preferência dos jovens (43,7%) ainda é o estado de São Paulo. Estes seguem a trilha da citricultura, não só pela

experiência neste cultivo, como também por este não exigir mão de obra qualificada, além de que, a oferta de trabalho é sempre contínua. De forma específica, observa-se a procura de outros estados não comuns nas décadas anteriores à segunda metade da década de noventa. Da microrregião do sertão, os jovens têm também migrado para os estados de Mato Grosso (18,5%), Minas Gerais (17,5%), Rio de Janeiro (11,7%), Tocantins (3,8%). Por sua vez o índice de migração dos jovens da microrregião de Carira e do Agreste de Itabaiana demonstra acentuada incidência para as cidades internas do próprio estado de Sergipe.

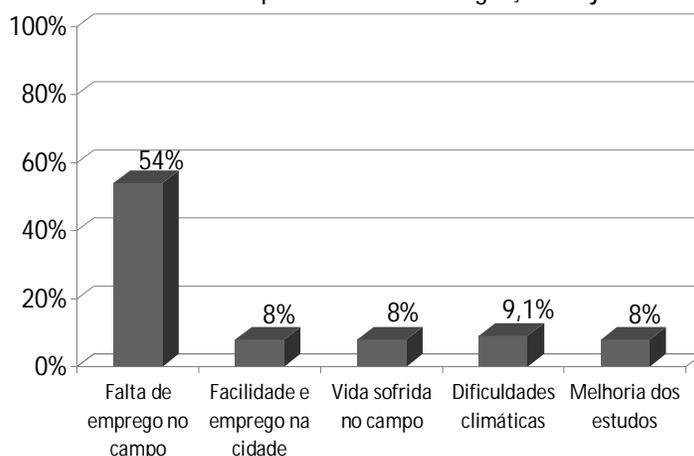
As preferências diferenciadas de localidades podem ser explicadas pela identidade de experiência de trabalho. Como vimos, São Paulo, por causa da citricultura, Minas, Mato Grosso e Tocantins, pela oferta de trabalho especializada nas áreas de barragens, experiência já conhecida na área de barragem de Xingo/SE. Segundo os entrevistados, a escolha depende também do parentesco que ele possua na localidade de procura ou da fronteira agrícola. Neste caso, depende do período do ciclo produtivo e da circulação do ciclo da produção do capital. Na cidade, ocupam geralmente pequenos serviços gerais (trabalho em lanchonetes, bares etc), atividades autônomas como vigia e na construção civil.

Ficou nítida a diminuição de intensidade da mobilidade do trabalho. Para 53,1% dos entrevistados está ocorrendo uma menor migração. Esta posição foi confirmada nas entrevistas coletivas, onde para a maioria, tem ocorrido a diminuição da intensidade da migração. Apenas 4,2% dos entrevistados afirmaram que não tem ocorrido alteração na mobilidade.

Os principais motivos da migração estão relacionados à ausência de possibilidades de permanecer na terra, não havendo, portanto, melhorias significativas para a fixação do jovem na terra (CONCEIÇÃO, 2006).

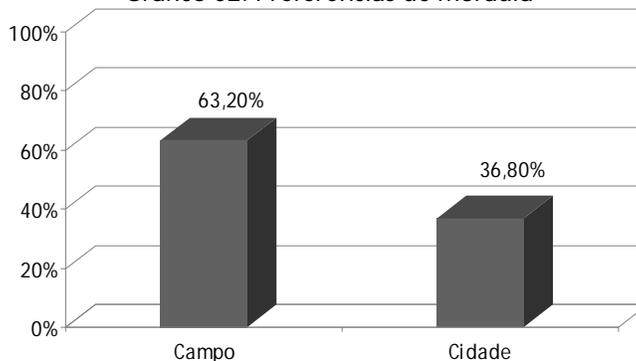
Para a melhor obtenção de um perfil de expectativas do jovem no campo foi também necessário identificar o nível de preferência de moradia do jovem no limite de sua garantia de vida. Como resultados foram obtidas as seguintes respostas:

Gráfico 01: Principais motivos da migração do jovem



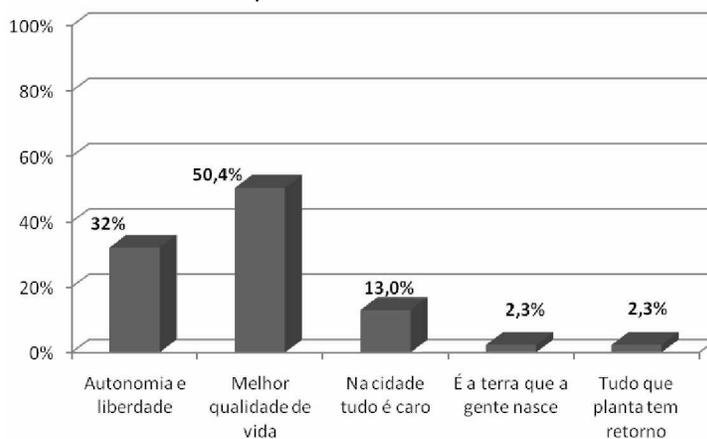
Fonte: Alexandrina Luz Conceição. Pesquisa de campo 2006.

Gráfico 02: Preferências de moradia



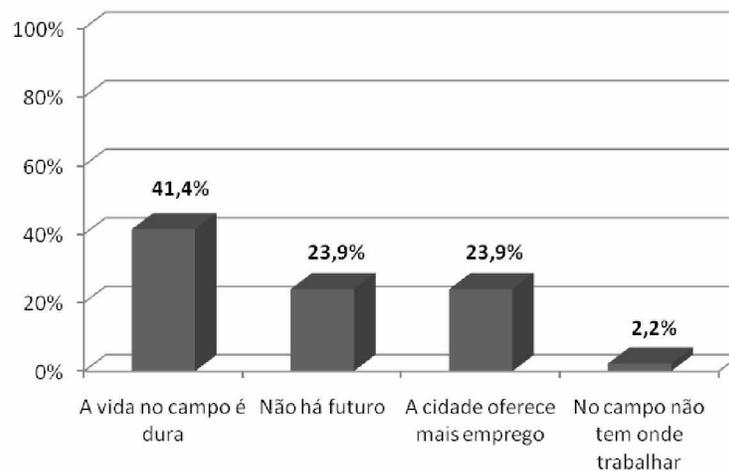
Fonte: Alexandrina Luz Conceição. Pesquisa de campo 2006.

Gráfico 03: Por quê? Preferências de vida no CAMPO



Fonte: Alexandrina Luz Conceição. Pesquisa de campo 2006.

Gráfico 04: Preferências de vida na CIDADE



Fonte: Alexandrina Luz Conceição. Pesquisa de campo 2006.

Em Sergipe, até a década de 1990 a população urbana duplicou em relação à população rural, constatando-se que centenas de jovens camponeses partiram de vários municípios, principalmente os do sertão sergipano, acompanhando o movimento internacional da relação capital-trabalho, sob o modelo neoliberal.

Conforme relatório da CEPLAN (2005), a economia sergipana na década de 90 teve uma retração no seu PIB, integrando-se às propostas de desregulamentação de mercado, adotando medidas de redução das barreiras de proteção a seus mercados e implementando programas de privatização de empresas públicas. No início desta década a economia sergipana apresentou uma forte queda na taxa média de crescimento do PIB estadual, de 5,7% nos anos de 1985 a 1989 passando para 1,7% nos anos de 1990 a 1993 (dados da CEPLAN). No período entre 1999 a 2002 há uma relativa melhoria no crescimento médio anual passando para 2,1%, sofrendo uma estagnação em 2003. Tal situação é entendida como reflexo da inserção da economia sergipana no bojo do mesmo modelo da economia nacional e nordestina.

Em 2002 o estado de Sergipe apresentava uma população de 1.868.430 pessoas. A maior concentração encontrava-se na microrregião de Aracaju, por exercer a primazia de ser cidade/capital do estado, com cerca de 66,5% dos residentes do estado.

A mesorregião do Agreste Sergipano ocupava no ano de 2002 22,5% do total da população do estado, ou seja, 420,5 mil pessoas ocupavam 26,9% do território do estado. Nesta mesorregião destacam-se a microrregião de Itabaiana com a maior concentração de população (150,8 mil pessoas), ocupando o segundo lugar no estado, seguida das microrregiões de Lagarto e de Tobias Barreto que

apresentavam contingentes populacionais, respectivamente, de 106,4 mil e 103,6 mil.

A mesorregião do Sertão Sergipano, que compreende as microrregiões Sergipana do Sertão do São Francisco e de Carira, concentrava 33,6% do território sergipano, com uma população de apenas 10,9%, sendo a mais extensa do estado com 5.4 mil Km² e uma população de 141,4 mil residentes. Já a microrregião de Carira possui um território de 1,9 mil Km² e tem uma população de 63,2 mil pessoas.

Conforme informações obtidas no Relatório da CEPLAN (2005), entre os anos de 1985 e 1990 observou-se, no Nordeste, uma tendência de redução do ritmo de crescimento da economia para 1,6% ao ano, reduzindo ainda mais entre 1990 e 1993 em 4,4% ao ano em termos absolutos. O investimento público contribuiu para essa queda com 9,9% ao ano. Neste período a agropecuária registrou o melhor desempenho entre os grandes setores da economia sergipana, com taxas anuais de 4,4%, seguida pela indústria, com 3,4%, e serviço, com 2,9%.

Sergipe: População, extensão territorial e densidade populacional por mesorregiões e microrregiões

Mesorregiões/ microrregiões	1996-2002							
	População				Extensão territorial		Densidade populacional	
	1996		2002				1996	2002
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Pessoas/Km ²	
Sergipe	1.624.175	100	1.868.430	100	22.050	100	73,7	84,7
Mesorregião do Agreste Sergipano	374.733	23,1	420.522	22,5	5.926	26,9	63,2	71,0
Agreste de Itabaiana	135.644	8,4	150.822	8,1	1.105	5,0	122,8	136,5
Agreste de Lagarto	93.136	5,7	106.381	5,7	1.490	6,8	62,5	71,4
Tobias Barreto	53.894	3,3	103.550	5,5	1.268	5,8	42,5	81,7
Nossa Senhora das Dores	92.059	5,7	59.769	3,2	2.060	9,3	44,7	29,0
Mesorregião do Leste Sergipano	1.070.368	65,9	1.243.350	66,5	8.738	39,6	122,5	142,3
Aracaju	607.626	37,4	717.407	38,4	859	3,9	707,4	835,2
Baixo Cotinguiba	70.454	4,3	79.888	4,3	737	3,3	95,6	108,4
Boquim	134.193	8,3	148.950	8,0	1.896	8,6	70,8	78,6
Cotinguiba	38.721	2,4	41.120	2,2	758	3,4	51,1	54,2
Estância	99.739	6,1	114.702	6,1	2.054	9,3	48,6	55,8
Japarutuba	43.710	2,7	50.846	2,7	1.464	6,6	29,9	34,7
Própria	75.925	4,7	90.437	4,8	968	4,4	78,4	93,4
Mesorregião do Sertão Sergipano	173.344	10,7	204.558	10,9	7.339	33,3	23,6	27,9
Carira	57.417	3,5	63.185	3,4	1.883	8,5	30,5	33,6
Sergipana do Sertão do São Francisco	115.927	7,1	141.373	7,6	5.456	24,7	21,2	25,9

Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 1996 e PIB Municipal de 2002.

Acompanhando este ritmo, na primeira metade dos anos de 1990, a taxa de crescimento do PIB sergipano desacelerou consideravelmente, tendo caído de 3,5% (período anterior) para 1,7% ao ano. Foi o período de crise mais aguda do setor industrial, enquanto o setor de serviços passou a apresentar as maiores

taxas de crescimento, seguido do setor agropecuário. A partir de 1995 há uma queda na taxa de crescimento anual do setor agropecuário em decorrência da estiagem de chuva, da seca e da crise do setor citrícola, ou seja, da nova reestruturação produtiva frente à flexibilização do capital.

Entre 1985 e 1990 os crescimentos mais expressivos foram os do setor de serviços sob a primazia da administração pública, da previdência social, como também do setor de comércio e da construção civil. De 1985 a 1995 a economia sergipana estava ancorada ao setor da agropecuária, entretanto em 1995 a 2000 há uma queda negativa de -0,1% neste setor, passando o setor industrial a ocupar o primeiro lugar no PIB com uma taxa de crescimento de 5,6%. Já no ano de 2001 há uma queda vertiginosa com o encolhimento do setor que passa para -1,0%. Neste período a economia sergipana de forma geral apresenta um déficit muito baixo, tendo uma recuperação no setor industrial a partir de 2002.

Sergipe: Taxa anual de crescimento do PIB dos Setores Produtivos (%)				
Período	Taxa de crescimento anual no período			
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
1985-1990	3,5	4,4	3,4	2,9
1990-1995	1,7	2,1	0,2	2,9
1995-2000	3,4	-0,1	5,6	2,4
2001	0,3	0,0	-1,0	-3,0
2002	3,2	0,0	5,0	4,0

Fonte: IBGE-Contas Regionais (1985-2002)

Ao longo do período de 1970-1995 verificaram-se mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária sergipana e a ocupação da fronteira agrícola⁵. Assim, enquanto as áreas de pastagens e de lavoura se expandiram, as matas e as áreas produtivas não utilizadas recuaram. O censo agropecuário sergipano registrou a ocupação de 1.702,6 mil hectares de terras nas atividades agropecuárias no estado. Segundo Relatório da CEPLAN (2005) a expansão da agropecuária pode ser observada desde 1970-1995, e tem sua explicativa principalmente por causa do avanço do processo da pecuarização, com maior intensidade nos anos 1970 devido ao avanço acelerado das áreas de pastagens plantadas e da expansão das áreas de lavouras permanentes.

O que de fato pôde-se constatar foi o avanço do capitalismo no campo, via a monopolização e a territorialização da terra, sob o domínio da citricultura no centro sul. É preciso também destacar o forte processo de ocupação das terras no estado, principalmente no agreste, sob a custódia do Estado face ao caráter rentista do capitalismo. A pecuarização no estado de Sergipe, principalmente a partir dos finais dos anos de 1980, nos limites da ascensão e queda da citricultura, foi possibilitada via política de crédito para os grandes e médios proprietários, acentuando, inclusive, a privatização da terra.

De forma geral registra-se que conforme Censo Agropecuário de 1995-1996, as culturas temporárias ocupavam 10% das áreas agricultáveis do estado e as culturas permanentes 7,0%, enquanto o domínio das pastagens concentrava 68%.

Os cultivos estavam concentrados na atividade de subsistência familiar, com o plantio de milho, feijão e mandioca. Quanto às culturas comerciais, permaneciam também em destaque a cana-de-açúcar e o arroz.

Segundo dados do CEPLAN (2005), conforme estatísticas da Produção Agrícola Municipal, entre 2002 e 2003 a área total colhida de lavouras temporárias em Sergipe foi de 178.2 mil hectares, apenas 3% superior a da média trienal 1990-1992. Destacou-se a redução nos anos de 1990, da área colhida da cana-de-açúcar que passou de 35.0 mil hectares para 20.1 mil, assim como do fumo, notando-se, entretanto, a expansão do cultivo do milho, da batata-doce e do arroz.

Nos últimos anos observa-se a presença da fruticultura no Baixo São Francisco. Nos anos de 1990 o governo do Estado tem implementado cultivos irrigados nessa região, com a implementação de capital industrial associado ao financeiro, através do contrato de comodato, o que significou a desterritorialização de grande parte da população que perdeu as suas propriedades. Sem terra, as pessoas foram obrigadas a saírem da área em detrimento da mão de obra emigrante com conhecimento tecnológico.

Entretanto, considerando a abrangência das culturas temporárias, nos anos de 2000 e 2002 o domínio é ainda da mandioca com 29% do valor total obtido, seguindo a cana-de-açúcar, com 23%, o feijão, com 14%, o milho, 10%, e o arroz, 9%.

Sergipe: Produção das Principais Culturas Temporárias
Médias Trienal e Bial - Quantidade e Índice de Crescimento

Quantidade produzida	1990-1992	1994-1996	2001-2003	2002-2003	1990-1992	1994-1996	2001-2003	2002-2003
	Quantidade				Índice			
Mandioca (Tonelada)	499.977	615.621	450.211	442.473	100	123	90	88
Cana-de-açúcar (Tonelada)	1.939.717	1.314.600	1.314.261	1.307.347	100	68	68	67
Milho (em grão) (Tonelada)	26.782	85.510	57.234	62.488	100	319	214	233
Feijão (em grão) (Tonelada)	18.526	45.987	19.104	19.989	100	248	103	108
Arroz (em casca) (Tonelada)	21.200	16.957	35.881	36.127	100	80	169	170
Batata – doce (Tonelada)	17.500	41.062	33.588	34.625	100	235	192	198
Fumo (em folha) (Tonelada)	2.047	5.548	1.802	1.707	100	271	88	83
Abacaxi (Mil frutos)	7.352	7.359	8.265	9.417	100	100	112	128
Melancia*	350	937	12.217	12.307				
Tomate (Tonelada)	4.255	6.616	5.317	5.368	100	156	125	126
Amendoim (em casca) (Tonelada)	1.346	1.578	1.333	1.337	100	117	99	99
Fava (em grão) (Tonelada)	1.417	1.238	434	415	100	87	31	29

Fonte: IBGE – PAM (Produção Agrícola Municipal)

Nota- A partir do ano de 2001 o rendimento médio dos produtos melancia e melão passa a ser expresso em Kg/ha. Nos anos anteriores era expresso em mil frutos/ha.

Sergipe: Produção das Principais Culturas Permanentes

Lavoura permanente	Anos selecionados 1991-2003							
	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003
Laranja *	3.674.756	3.389.915	3.723.832	4.354.938	3.802.932	2.997.953	3.181.059	690.597
Côco-da-baia (Mil frutos)	99.053	96.057	92.113	97.106	88.903	91.708	91.985	119.166
Banana *	3.271	3.662	3.171	3.687	3.311	3.610	3.785	63.823
Maracujá *	404.406	387.551	375.616	328.851	289.478	289.965	279.862	38.637
Manga *	43.829	53.749	59.131	68.481	67.942	61.954	67.919	26.121
Mamão *	4.783	5.480	8.754	10.004	8.099	6.984	8.697	12.719
Limão *	62.409	75.261	68.066	68.410	73.844	97.154	119.537	11.224
Tangerina *	13.091	13.479	13.788	18.218	18.608	19.673	33.574	8.613
Goiaba *	30	90	5.437	4.942	4.829	4.172	7.196	536
Índice de crescimento. Ano Base= Média 1990-1991								
Laranja	100	84	92	107	94	74	78	
Côco-da-baia (Mil frutos)	100	95	92	96	88	91	91	
Banana *	100	113	98	114	102	111	117	
Maracujá *	100	106	103	90	79	79	77	
Manga *	100	111	122	142	140	128	140	
Mamão *	100	104	166	190	154	132	165	
Limão *	100	111	100	101	109	143	176	
Tangerina *	100	103	105	139	142	150	256	
Goiaba *	100	300	18.123	16.473	16.097	13.907	23.987	

Fonte: IBGE – PAM (Produção Agrícola Municipal).

Nota: A partir do ano de 2001 a produção de abacate, banana, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá e tangerina passa a ser expresso em toneladas. Nos anos anteriores era expresso em mil frutos, com exceção do da banana, que era expresso em cachos.

É preciso levar em conta a interferência climática nas oscilações dos preços das culturas temporárias, como é o caso da mandioca e das culturas do milho, feijão, cana-de-açúcar e arroz, cujos valores segundo os dados do CEPLAN (2005), são fundamentais para a pecuária e algumas culturas cítricas (laranja e maracujá), além de banana e coco-da-baia.

As culturas permanentes tiveram seu apogeu nos anos de 1970 e na primeira metade dos anos de 1980. Em 1970 a área total de cultivo era de a 66.3 mil alcançando no ano de 1985 uma área de 109.7 mil hectares. Esta expansão, como já afirmado anteriormente, se deve ao cultivo da citricultura na região centro-sul do estado (nos municípios em estudo, como Lagarto, Boquim e Salgado), que tiveram também peso na cultura da citricultura e na produção do maracujá, manga, tangerina e limão.

É preciso observar que a citricultura corresponde ao interesse da inserção do capital mundial no Brasil, via processo de modernização do campo, com a introdução da tecnologia, ou melhor, com a subordinação da pequena produção à indústria de insumos. Deste modo, o capital se expande no campo, monopolizando e territorializando a produção e a terra⁶.

Sergipe: Valor da Produção das Principais Culturas Permanentes

Anos Selecionados 1995-2003

Valores em R\$ mil de 2003

Cultura	1995		2000		2002		2003		Cresc. no período (1995=100)
	Mil reais	%							
Total	331.297	100	177.362	100	252.001	100	240.970	100	73
Laranja	171.745	52	77.609	44	127.334	51	131.769	55	77
Côco-da-baía	39.738	12	28.639	16	45.837	18	34.253	14	86
Banana	28.378	9	14.024	8	30.789	12	24.649	10	87
Maracujá	74.098	22	42.210	24	25.253	10	19.307	8	26
Manga	8.837	3	8.216	5	9.875	4	19.274	8	218
Mamão	4.520	1	1.741	1	4.309	2	4.741	2	105
Limão	3.108	1	2.546	1	4.752	2	3.558	1	114
Tangerina	597	0	1.812	1	3.469	1	3.091	1	518
Goiaba	10	0	500	0	382	0	328	0	3380

Fonte: IBGE – PAM (Produção Agrícola Municipal). Vários anos.

Nota: deflacionado pelo IGP-DI

Em 2002-2003 a cultura dos cítricos representava o maior domínio da cultura permanente com uma área colhida de 103,4 mil hectares. A laranja concentrava 50,7 mil hectares, seguida pelo côco-da-baía, banana, maracujá, manga e limão. As culturas de cítricos e o côco-da-baía representavam, na média, 94% da área colhida de culturas permanentes.

A bovinocultura representa ainda o maior percentual de criação com 76,8% da área dos estabelecimentos. Segundo dados obtidos, se for incluída a área da produção mista, a porcentagem chega a atingir 96,7%. Em seguida está a criação da avicultura.

Em termos de efetivos, foram registrados, em 2003, um volume de 895,9 mil bovinos, 3,0 milhões entre galos, frangas, frangos e pintos, além de 126,1 mil ovinos, 95,8 mil eqüinos, 15,9 mil muares e 13,9 mil caprinos.

Segundo os dados informativos do CEPLAN a criação do efetivo bovino vêm diminuindo em relação, apresentando de 1995 a 2000 uma perda de 17%. Já a criação de aves tem se expandido significativamente em Sergipe, em todas as mesorregiões sergipanas. Embora seja o Agreste a região de domínio desde 2000, o Sertão Sergipano tem apresentado significativo aumento na sua criação.

A criação do gado para o leite tem se constituído uma das principais fontes de recursos da região Sergipana do Sertão do São Francisco. O município de Nossa Senhora da Glória é o que apresenta a maior produção. De forma geral, constata-se na região do Agreste de Lagarto e Boquim, principalmente na primeira, a permanência do domínio da cultura da laranja. No sul (município de Lagarto) permanecem ainda as culturas de subsistência: mandioca, milho, batata-doce e feijão. A cultura da mandioca, em 2003, concentrava quase metade do valor da produção.

Conforme resultado da dissertação de Kolming (2005) a cultura da mandioca tem representado a garantia da permanência da unidade de produção familiar. Segundo a autora, nas comunidades periféricas do entorno do povoado Treze (município de Lagarto/SE) onde, desde o final de 1970, há o domínio do cultivo da citricultura, as comunidades que não aceitaram submeter-se ao monopólio da terra na produção da laranja permanecem na agricultura de subsistência, retirando a renda da terra, sem necessidade de submeter-se diretamente ao capital. A produção da mandioca garante a condição camponesa. Quando a produção é insuficiente para a manutenção da unidade de produção familiar, comercializam frutas como manga, banana e jaca, que demandam pouco investimento em insumos e menor apropriação de parte da renda da terra camponesa pelo capital. A venda direta nas feiras livres é a estratégia para evitar que o capital comercial se aproprie de sua renda. Assim, permanecem camponeses.

De acordo com os resultados apresentados observa-se que nas áreas em estudo a unidade de produção camponesa, através de culturas de subsistência, é o esteio da economia sergipana e local.

No sertão, as culturas mais importantes, ainda em 2003, eram as tradicionais de subsistência milho, mandioca e feijão que respondiam por 93,7% do valor da produção. A cultura do milho manteve-se como a principal atividade agrícola.

Na microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, ao lado também do feijão (que tem apresentado uma queda na produção), tem surgido novas culturas como a melancia e o abacaxi.

A partir dos anos de 1980 destacam-se no Sertão Sergipano a construção da Usina Hidroelétrica de Xingó e uma efetiva ocupação de assentamentos rurais.

A falta de trabalho tem sido significativa no estado. Em 1999 o número de pessoas sem ocupação nos setores econômicos elevou-se para 74 mil, alcançando em 2003 cerca de 84.6 mil. Cresce o número de pessoas do sexo feminino que buscam trabalho. Em 2003, a taxa de perda de ocupação elevou-se para 9,0%, sendo que a taxa de desemprego entre os homens cresceu apenas de 6,2% para 6,7% enquanto a feminina elevou-se de 8 % para 11,8%, uma variação bem superior à apresentada para a taxa de desemprego masculina. O crescimento dos empregados em Sergipe foi inferior ao ritmo de expansão da ocupação total. Cresce o número de trabalhadores por conta própria.

A administração pública absorve a maior taxa dos trabalhadores. Em 2003, a administração pública absorvia 35,5% do emprego formal regional, seguida pelos serviços (26,9%) e pela indústria (18,4%), onde se destacam a indústria de transformação (12,9%), e o comércio (14,8%), conforme dados do CEPLAN (2005).

Na região em estudo há a presença do Grupo Maratá Indústria de Embalagens Ltda, localizado no município de Lagarto, que tem absorvido o maior percentual

da força de trabalho dos desapropriados da terra que, sem condições de retirada da renda da terra para a sobrevivência, são absorvidos como assalariados.

O Grupo Azaléia (Indústria de Calçados), Projeto de Calçado Hispania, localizados nos municípios de Frei Paulo, Carira, Ribeirópolis e Lagarto, é o grande responsável com o Grupo Maratá pela maior parte dos jovens como força de trabalho. Ressalta-se ainda o Grupo Itabaiana Indústria de Fios (Indústria Têxtil).

Quando na aplicação dos questionários, como também nas entrevistas individuais e coletivas, identificou-se na Região de Carira, nos residentes dos municípios de Ribeirópolis e N. Sra. Aparecida, como também na microrregião de Itabaiana, uma forte atração que essas indústrias têm exercido sobre os produtores familiares. A dificuldade para obter a extração da renda da terra, para a sobrevivência, força a migração para o trabalho assalariado e semi-assalariado. A possibilidade de aproveitamento da força de trabalho à baixos salários nessas indústrias, tem alterado o quadro do fluxo migratório, prevalecendo a migração interna em detrimento da saída para outros estados da federação.

Sergipe: Participação das Principais Culturas no Valor de Produção das Mesorregiões

		1990-2000-2003								
Tipo	Lavouras	Leste Sergipano			Agreste Sergipano			Sertão Sergipano		
		1990	2000	2003	1990	2000	2003	1990	2000	2003
Total	Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
T	Total Temporária	47,0	41,8	34,9	53,6	50,1	74,9	99,7	97,2	97,0
P	Total Permanente	53,0	58,2	65,1	46,4	49,9	25,1	0,3	2,8	3,0
P	Laranja	32,3	30,1	36,5	25,7	15,9	12,6	0,1	0,1	0,2
T	Cana-de-Açúcar	34,3	23,4	13,4	5,5	1,6	1,7	0,0	0,0	0,0
T	Mandioca	3,1	5,0	10,9	15,9	17,4	47,1	6,9	7,8	27,6
P	Maracujá	3,9	1,8	2,9	15,1	28,2	5,7	0,0	0,0	0,0
T	Feijão (Em Grão)	1,3	0,9	0,8	10,5	9,2	6,5	47,6	30,0	19,9
P	Coco-da-Baía	9,5	15,1	11,4	0,1	0,4	0,3	0,0	0,0	0,1
P	Banana	4,5	5,1	5,4	4,0	3,0	4,2	0,1	2,2	2,4
T	Milho (Em Grão)	0,9	1,2	0,8	2,2	7,6	7,9	32,9	55,9	46,2
T	Batata – Doce	0,7	0,2	0,1	7,0	4,6	5,1	0,1	0,2	0,5
T	Arroz (Em Casca)	3,7	6,2	6,6	0,0	0,0	0,0	1,0	0,3	0,0
T	Fumo (Em Folha)	0,5	0,4	0,3	6,2	4,9	2,9	0,0	0,1	0,1
T	Abacaxi	1,8	2,5	1,1	1,5	0,7	1,5	0,0	1,5	0,5
P	Manga	1,6	2,8	5,5	0,9	2,1	1,6	0,1	0,4	0,3
T	Tomate	0,0	0,0	0,0	2,2	2,4	1,4	1,7	0,2	0,7
T	Fava (Em Grão)	0,1	0,1	0,1	0,6	0,1	0,2	7,0	0,3	0,2
T	Amendoim (Em Casca)	0,4	0,2	0,1	0,9	0,6	0,4	0,2	0,1	0,1
P	Mamão	0,3	0,7	1,1	0,5	0,3	0,7	0,0	0,0	0,0
P	Limão	0,5	1,3	1,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
T	Algodão Herbáceo (Em Carço)	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0
T	Melancia	0,0	1,5	0,7	0,5	0,9	0,3	0,0	0,7	1,2
P	Abacate	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
T	Batata – Inglesa	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
P	Tangerina	0,1	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
P	Pimenta-Do-Reino	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
T	Cebola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
P	Goiaba	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
T	Melão	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE- Pesquisa Pecuária Municipal

Nota: Tipo T – Temporária; Tipo P- Permanente

Esta internalização pode ser constatada na pesquisa de campo das três áreas pesquisadas. Apenas os jovens das microrregiões de Carira e Agreste de Itabaiana afirmaram que a migração atualmente tem crescido, o que se explica pelo índice de preferência interna em direção a Indústria de Calçados Azaléia no município de Ribeirópolis e para a Indústria têxtil no município de Itabaiana.

O Governo do Estado, conforme dados da CEPLAN, sinaliza a “melhoria do semi-árido” como perspectiva para os futuros anos através da aplicação de investimentos:

- a) no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido Sergipano – PDSSAS. Conhecido como Projeto Nova Califórnia, via incentivo a fruticultura, haja vista a infra-estrutura dos projetos de irrigação na região, em especial os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha;
- b) na Implantação do Pólo Agroindustrial do Xingo com a consolidação do Projeto Jacaré-Curituba; e
- c) no Apoio ao desenvolvimento regional visando atrair investimentos privados para os agronegócios.

Tudo indica que há interesse em consonância com o Governo Federal para a consolidação do tripé Estado, Capital e Mercado no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia.

Neste sentido, o que se procurou questionar foi: até que ponto há uma real consonância entre o desejo da permanência do campo, do direito da liberdade, da autonomia do capital, do sonho de permanecer na unidade de produção familiar com as propostas de Governo? Neste viés observou-se que há uma sintonia entre a proposta do PRONAF com as perspectivas de investimentos sinalizados pelo Governo local. Inclusive é importante ressaltar que está na própria estrutura de gestão local (governo anterior e atual) a concretização da consolidação da inserção total no sistema do capital, e, conseqüentemente, da monopolização e territorialização da terra ao capital sob a égide do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Advinda como uma nova categoria, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo hegemônico do capitalismo, a agricultura familiar surge no contexto do Novo Mundo Rural. A proposta de Novo Mundo Rural, implantada desde meados da década de 1990 pelo Governo Federal, garantiu que o modelo dominante do agronegócio fosse a melhor opção para a burguesia como também para as classes subalternas (CARVALHO, 2004). Desse ponto de partida e como conseqüência direta da nova concepção de Novo Rural Brasileiro é que surge o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura), seguindo a lógica do agronegócio.

Conclusões

No movimento do ciclo do capital o que tem alterado é a estrutura da mobilidade do processo da divisão social e territorial do trabalho. São Paulo deixou de ser a cidade da hegemonia da migração, embora permaneça sendo a localidade majoritária nos índices de mobilidade.

No novo padrão de acumulação, na inserção do processo da mundialização e financeirização da economia, o trabalho deixa de ser fixo para ser móvel ficando disponível ao tempo cíclico curto da produção, distribuição e circulação do capital, que, na maioria das vezes, representa-se alienígena ao processo de tecnificação da economia. À contramão do modelo modernizante da organização da produção e do trabalho, a reprodução ampliada do capital é garantida por formas de desqualificação do trabalho e do trabalhador.

Sem registro formal os jovens sujeitam-se a baixos salários e estão disponíveis aos interesses do lucro. Tornam-se inclusos para serem excluídos do mundo do trabalho. A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos asujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba.

O retorno ao campo torna-se a possibilidade do reconhecimento na comunidade. Consumidores de mercadorias que garantem a continuidade da reprodução do capital apresentam-se no campo fetichizados no sonho da possibilidade do consumo barato e supérfluo. Quando o dinheiro trazido termina, procuram retornar quando encontram outras possibilidades de trabalho.

Os jovens continuam a migrar para atender a necessidade do capital que o autoaliena, fazendo-o acreditar-se como o definidor de seu desejo de vida, de moradia. Migram para a cidade de médio e grande porte, e, na sua maioria, ficam confinados nos barracos das empresas ou nas favelas, sujeitando-se às piores condições de vida. Enquanto a realidade permite ter o trabalho, fixam-se na maioria das vezes em barracos até voltarem e realizarem o ciclo do retorno do trabalho, ciclos cada vez mais curtos, na condição de exército de reserva latente e candidatos ao desemprego.

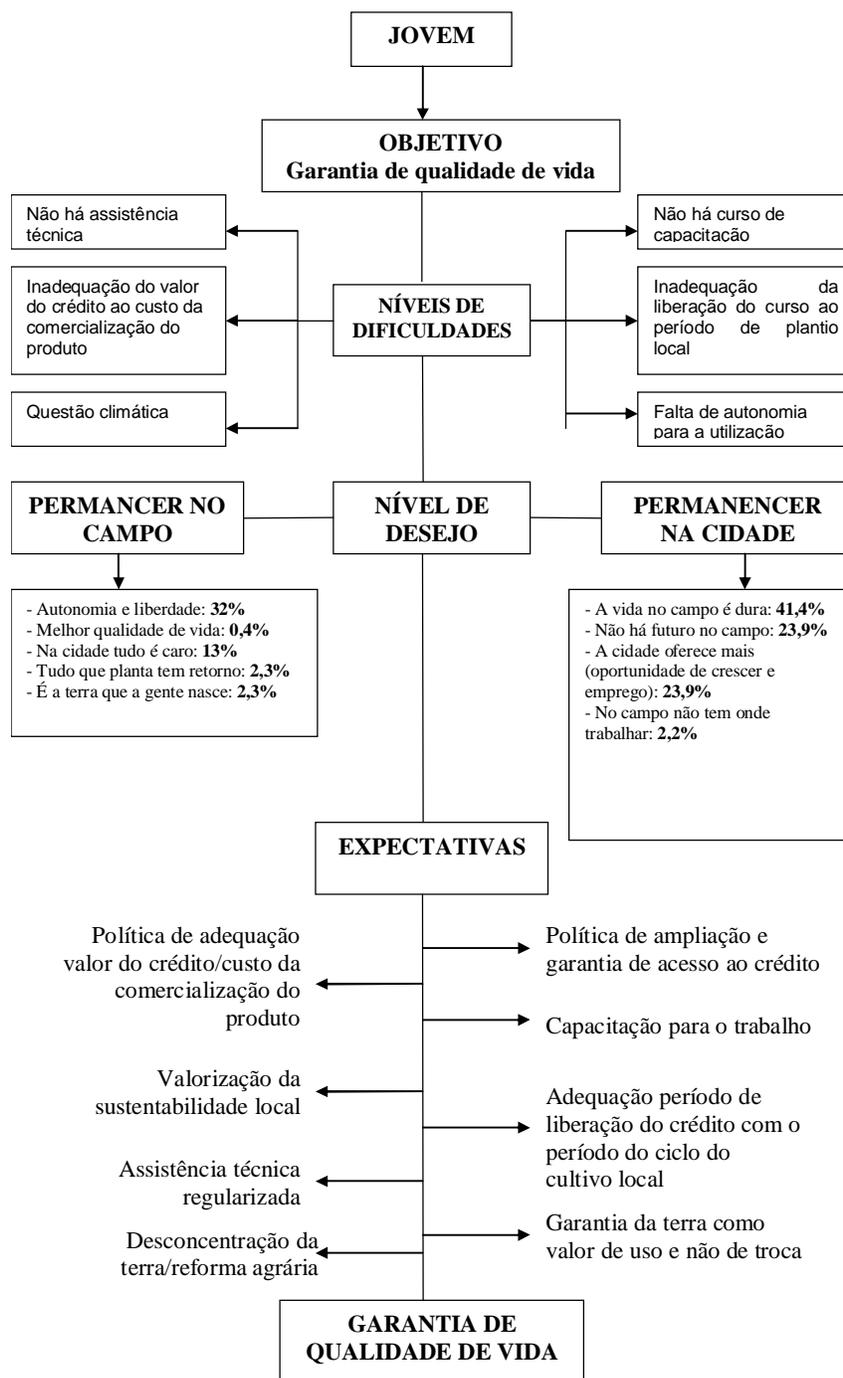
Um fato a ser destacado é a tendência da diminuição da curva da migração nos últimos três anos. A política de crédito do PRONAF, com todas as suas mazelas, é compreendida como um ganho, assegurando temporariamente uma parte dos jovens no campo, via a política assistencialista do Governo Federal, com a oferta de bolsas: família, escola, alimentação, vale gás etc.

Segundo os jovens não há fuga do campo, o que há é a falta de opção no campo. Na logística do capital não importa que a opção seja o campo ou a cidade, mas que estejam livres para migrar.

O que se observou no campo sergipano é que há uma cultura alimentada pelos próprios pais de que não é possível a melhoria do jovem na terra. Em entrevista com os pais dos jovens, estes justificaram sua posição frente ao sofrimento que está reservado para os filhos devido à falta de perspectivas, de trabalho e da terra. No quadro de intenções do jovem pode-se afirmar que não há uma linha nítida de definição da preferência do campo ou cidade. O que se observa é que na curva das suas intenções prepondera uma linha linear onde está definida a opção pela condição de vida, a garantia do trabalho, a própria terra.

Para os jovens que retornaram ao campo, a terra é a garantia da autonomia, da liberdade de não ter patrão. Todos, entretanto, têm a certeza de que a perspectiva na terra só é possível para quem tem a propriedade, e que, diante da ausência da capacitação, dos recursos para a aplicação da técnica para o sustento, a dureza do trabalho e a baixa renda afastam as possibilidades do querer permanecer no campo, principalmente para os que já obtiveram o curso médio e para os que estão fazendo curso superior. O conhecer a possibilidade da melhoria salarial via emprego urbano é condição de não aceitar a vida "dura" no campo.

Conforme as reflexões desenvolvidas, foi elaborada a curva das intenções do JOVEM no campo:



Para todos resta à expectativa de melhoria no campo ou cidade. Os que não estão envolvidos com Projetos de luta pela terra, vêem nas Políticas Públicas a única possibilidade de permanência no campo. Entretanto, fica nítido o avanço do

agronegócio via a pecuarização, fruticultura ou através de projetos de irrigação, sob a regência do BM e do FMI garantido na logística do tripé capital industrial, capital financeiro e o Estado. O modelo agrícola do agronegócio, antes de constituir saída, tem na proposta da territorialização do capital a forma possibilitadora da ampliação e consolidação do seu controle sociometabólico (CONCEIÇÃO, 2005).

Permanece no campo sergipano a expulsão do jovem da terra. O que preocupa é que estes jovens não têm construído formas de resistência ao capital. Não se observa fora dos que se inscrevem nas lutas sociais dos movimentos da terra, nenhuma reação coletiva para a conquista dos “espaços da esperança”. Não há nenhuma pretensão de romper as relações sociais de trabalho e produção.

Na medida que se localizam à margem do processo produtivo, aumenta o estranhamento entre o sujeito que trabalha e o produto de seu trabalho, condição da sua autoalienação, permanecendo andarilhos no curto tempo cíclico do capital.

Notas

¹ Artigo resultante de pesquisa realizada para o CNPq 2005/2006, intitulada “Ações e Intervenções das Políticas Públicas inscritas no espaço agrário sergipano: Condição de inclusão ou exclusão?”.

² Dados obtidos no livro de Carlos Walter Porto-Gonçalves. *Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Ver Parte III).

³ Recomenda-se a dissertação de tese de Rosângela Resende Rocha, sob minha orientação: “As Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional no Baixo Cotinguiba” defendida no NPGEU/UFES, em 2007.

⁴ Refiro-me a pesquisa de campo por mim desenvolvida para o CNPq, referenciada anteriormente.

⁵ Sobre esta temática ler dissertação de mestrado sob minha orientação, de Luciene Leite Santos: “Mobilidade do Trabalho na fronteira do município de Canindé do São Francisco: estratégia de formação e degradação do espaço”, defendida em 2004 no NPGEU/UFES.

⁶ Sobre esta discussão é preciso destacar os artigos de Conceição (2004) e Conceição e Kolming (2001); e a dissertação de mestrado de Fernanda V. Kolming, sob minha orientação, ver bibliografia citada).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. (coord) *Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/livros.html>. Acesso: [12-06-2007]

BANGO, Júlio. *Crítica Política das políticas de juventude*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, p.33-55, 2003.

CARVALHO, Horacio Martins de. O Impacto Negativo do Agronegócio Burguês. Curitiba, Setembro de 2004.

CEPLAN. (Consultoria Econômica de Planejamento). Sergipe: Desempenho, Perspectivas Econômica e Evolução dos Indicadores Sociais 1970-2004. (Aldemir do Vale Souza – coordenação). Recife, novembro, 2005. 243p.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As Políticas Públicas e a Mobilidade do Trabalho, in Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco: AGB, p. 1-12, 2006.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Ações e intervenções das políticas públicas Inscritas no espaço agrário: condição de inclusão ou exclusão? in: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo:USP/FFLCH, p. 3548-3558, 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Novo e o Velho: os “resíduos” da produção familiar camponesa, in II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária. O campo no século XXI, USP, Anais, 05 a 08 de novembro de 2003.

CONCEIÇÃO, A. Luz e KOLMING, Fernanda V. Alternativas de Organização nas Comunidades Rurais. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, Santiago, 2001.

Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável - FAO /INCRA - Brasília, 1994.

KOLMING, Fernanda Virgínia. Camponês: Um velho/novo sujeito nos tempos da globalização! Dissertação de mestrado defendida no NPGEO/UFS, São Cristóvão, 2005

LISBOA, Josefa Bispo. A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento e sua Inserção no modelo da economia brasileira. Dissertação de mestrado defendida no NPGEO/UFS, dezembro de 2004.

LISBOA, Josefa Bispo. O Discurso do desenvolvimento do/no capitalismo: a propósito da tese marxista, in Revista de Desenvolvimento Econômico, ano VI, n. 10, Salvador: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade de Salvador, 2004.

MARX Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, livro I volume II, 1988.

NOVAES, Adauto. Crepúsculo de uma Civilização. (org. Adauto Botelho) São Paulo: Cia das Letras, 2004, p. 07-18, 2003.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, p. 121-141, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2003.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI: ofensiva neoliberal em marcha acelerada, disponível em: <http://resistir.info/>.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: Uma Avaliação das Ações Realizadas no Período 1995/1998, 1999, IPEA.

RODRIGUES, Vanessa Paloma e CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz.. A Política Pública Do Pronaf No Espaço Agrário Sergipano. In Anais do XIV ENG, Rio Branco, Julho , p. 1-12, 2006.

SANTOS, Luciene Leite. Mobilidade do Trabalho na Fronteira do município de Canindé do São Francisco: a estratégia de formação e degradação do espaço. Dissertação de Mestrado defendida no NPGeo/UFS, 2004.

SILVA, Nelmiros Ferreira da. Adeus Cascalho: Jovens sergipanos na odisséia do trabalho temporário. 1993, NPGeo-UFS, Dissertação de Mestrado.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, p.57-75, 2003.

E-mail para contato: aluz@oi.com.br

Recebido em: 15/06/2007

Aprovado em: 30/06/2007